

Bancada sindical apresenta contraproposta unificada dos servidores ao MGI



Nessa quarta-feira, 31, representantes da bancada sindical na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) entregaram ao secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, uma contraproposta unificada. A reabertura de negociações foi apontada para fevereiro.

Em entrevista ao Metrôpoles, a ministra Esther Dweck não descartou a possibilidade de que governo conceda reajuste aos servidores federais em 2024. Dweck sinalizou que uma recomposição salarial ainda é possível a depender do comportamento da arrecadação.

A mobilização e a unidade dos servidores em torno dessas reivindicações seguem fundamentais. "Agora é luta para fazer com que o

governo abra os cofres para o setor público e conceda reajuste ainda este ano", disse Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef. A equiparação dos benefícios do Executivo com os dos outros poderes e revogação de todas as medidas e regramentos infraconstitucionais do desgoverno Bolsonaro também seguem sendo cobrados na MNNP.

Fruto de debates com servidores federais em todo o Brasil, a contraproposta reúne representação do conjunto do funcionalismo incluindo o Fonasefe, do qual a Condsef/Fenadsef faz parte, o Fonacate e as centrais sindicais, entre elas a CUT.

Com assessoria da subseção do Dieese na Condsef/Fenadsef, a

contraproposta considera as reposições e perdas salariais das categorias, sendo os percentuais construídos a partir de dois blocos distintos.

O primeiro bloco são das categorias que tiveram reajuste bianual (2016 e 2017) e o segundo que tiveram reajuste em quatro anos (2016, 2017, 2018 e 2019). Os 9% do reajuste emergencial concedidos em 2023 pelo governo Lula também estão no cálculo.

Entre 2024 e 2026 os servidores do Bloco I teriam reajuste de 10,34%, enquanto os servidores do Bloco II teriam 7,06%.

Em três anos a contraproposta considera:

Bloco I

(Total 34,32%)

- Reajuste em 2024 – 10,34%
- Reajuste em 2025 – 10,34%
- Reajuste em 2026 – 10,34%

Bloco II

(Total 22,71%)

- Reajuste em 2024 – 7,06%
- Reajuste em 2025 – 7,06%
- Reajuste em 2026 – 7,06%

Fonte: Condsef

Encerra dia 05 de fevereiro o prazo para servidores da ex-Roquette Pinto possam comparecer ao Sindsep

Encerra-se no próximo dia 05 de fevereiro, o prazo para que os alguns servidores da Ex-Fundação Roquette Pinto compareçam à sede do Sindsep/MA, para tratarem sobre o Processo de Imposto de Renda sobre o Abono de Permanência.

A lista completa com o nome dos servidores está disponível na

página do sindicato – sindsep.org.br.

Os documentos a serem entregues são os seguintes: Kit de documentos (procuração, contrato e declaração de pobreza); RG e CPF; comprovante de residência; fichas financeiras de 1995 a

2024; Portaria/diário oficial da aposentadoria ou pensão; Carteira de trabalho

Os pensionistas precisam recolher checklist completo da documentação, além das fichas desde o início da pensão até 2024.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone: 2108 0001.



Vagas do Enem dos Concursos representam menos de 10% da necessidade de servidores

Desde 2016, o Estado brasileiro perdeu 70 mil profissionais. A taxa de reposição de funcionários públicos federais, que é a conta dos que saíram, como aqueles que se aposentaram, e os novos, que chegaram para repor esse pessoal, em 2016 era de 100%. Mas desde então, ano a ano, ela está em franca queda. Em 2019 chegou a 23%, em 2021 ficou em 35%, e agora está em 66%.

Um dos motivos para essa taxa de reposição baixa é a queda na abertura concursos públicos - por excelência a forma de contratação da administração pública, além do congelamento de salários para cargos comissionados, criando um efeito de debandada de profissionais para o setor privado de 2016 em diante, quando o país passa a ser governado por sucessivos governos neoliberais - Michel Temer e Jair Bolsonaro.

O que aparentemente

poderia ser uma economia de recursos pode ser um prejuízo para a população. A secretária-adjunta de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação de Serviços Públicos, Reginas Carmargos, afirma que o apagão de servidores é uma característica de governos que não investem em políticas públicas.

“Contratar para quem se não pretende atender a população? É assim que eles pensam. Uma vez que outro governo retoma as políticas públicas, ele vai precisar de gente. Não tem SUS, não tem escola sem funcionário. Isso sem falar que o setor público é um empregador importante. Ele estrutura o mercado de trabalho, é a balança para que não precarize ainda mais os postos de trabalho”, afirma a secretária-adjunta.

Na tentativa de minimizar esse impacto, o governo Lula tem feito alguns esforços dentro do que o orçamento aprovado pelo Congresso Nacional e o Teto

de Gastos possibilita como manobra. O mais representativo até agora foi o lançamento do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU), também conhecido como Enem dos Concursos.

O certame oferta 6.640 oportunidades de níveis médio e superior, divididas entre os 21 órgãos públicos participantes. As inscrições começaram dia 19 de janeiro e poderão ser feitas até 9 de fevereiro, no site do Concurso Nacional Unificado.

O secretário de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS), filiada à CUT, Sandro Alex de Oliveira Cezar, integra a mesa de conversas com o governo federal que debate a questão dos servidores, e afirma que, embora louvável a iniciativa do Concurso Unificado, ele representa “uma gota no oceano”.

Fonte: CUT